

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.121, DE 1999

Acrescenta parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Autor: Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS

Relator: Deputado FELIPE MAIA

I - RELATÓRIO

O Projeto que ora examino traz novos parâmetros para a definição de área semi-árida, ao estendê-la a Municípios hoje situados em área considerada de transição, mas que se submetem às mesmas condições climáticas dos Municípios que são considerados hoje como semi-áridos.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 2121, de 1999.

A Comissão de Finanças e Tributação concluiu, à unanimidade de seus membros, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou das despesas públicas, eis por que não coube no caso pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária. No mérito, esse Colegiado votou pela aprovação do Projeto, nos termos do parecer do Relator, o Deputado Jorge Khoury.

Vem em seguida a matéria à Comissão de Constituição e Constituição e Cidadania, onde se lança o presente parecer.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão examinar as proposições quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, consoante a alínea a do inciso IV do art. 32 do Regimento Interno desta Casa.

A matéria pertence ao leque de competências da União, tendo sido explicitamente prevista na alínea c do art. 159 da Constituição da República. A norma em tela tem repercussão sobre a distribuição do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Não há impedimento à iniciativa de Parlamentar na matéria, conforme se depreende da leitura do art. 61, II, da Carta Magna. O Projeto de Lei nº 2.121, de 1999, é, portanto, constitucional.

A proposição não afronta os princípios gerais que informam o direito pátrio, sendo, desse modo, inequivocamente jurídica.

Quanto à técnica legislativa, há necessidade de reparos para se adequar o Projeto ao que estatui a Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata da elaboração de normas jurídicas. O artigo terceiro do Projeto é norma de revogação genérica, o que é vedado pelo diploma legal que acaba de ser citado. Deve-se ainda acrescentar ao final do dispositivo modificado a expressão “NR”.

Considerando o que acabo de expor, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.121, de 1999, na forma das emendas anexas.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado FELIPE MAIA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.121, DE 1999

Acrescenta parágrafo único ao art. 5º
da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

EMENDA Nº 1

É acrescida a expressão “NR” ao final do artigo 1º do
Projeto.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado FELIPE MAIA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.121, DE 1999

Acrescenta parágrafo único ao art. 5º
da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

EMENDA Nº 2

É suprimido o art. 3º do Projeto.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado FELIPE MAIA
Relator